

**PARECER Nº 410/2025 – COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO****Projeto de Lei Ordinária nº CM 184/2025****1. Relatório**

Trata-se de projeto de lei de autoria da Exma. Vereadora Kell Silva, que “dispõe sobre a Política Municipal de Incentivo à Práticas Educacionais de Valorização dos Produtores Culturais Divinopolitanos, estabelece suas diretrizes, e dá outras providências”.

Em resumo, o projeto propõe instituir no Município de Divinópolis política pública voltada ao incentivo de práticas educacionais que cominem na valorização dos produtores culturais locais, mediante o desenvolvimento de ações de estímulo à valorização da cultura local e de seus produtores, de preservação da identidade, da diversidade étnico cultural, da memória e do imaginário do povo divinopolitano, do fomento da formação continuada e do desenvolvimento de produtores culturais, do estudo das ramificações culturais existentes na cidade, entre outras.

Em sua justificativa, a autora da proposta argumenta que “a cultura é uma das manifestações mais profundas da identidade de um povo, refletindo suas tradições, histórias, valores e criatividade. Ela desempenha um papel fundamental na formação da cidadania, promovendo o entendimento, o respeito às diferenças e o fortalecimento do sentimento de pertencimento. No entanto, muitas vezes, o acesso às atividades culturais ainda é limitado por questões econômicas, sociais ou geográficas, o que impede que uma parcela significativa da população possa usufruir e contribuir para o enriquecimento do nosso patrimônio cultural. Além disso, a falta de incentivo e apoio às manifestações artísticas locais prejudica o desenvolvimento de talentos e a preservação das nossas tradições. Este projeto de lei tem como objetivo criar e ampliar mecanismos de incentivo à prática cultural, promovendo ações que facilitem o acesso às atividades artísticas, apoiando artistas, grupos culturais e instituições que atuam na promoção da cultura em suas diversas formas, dentro das escolas municipais. Entre as ações previstas, destacam-se a concessão de incentivos fiscais, a criação de programas de formação e capacitação, além de parcerias com escolas, universidades e organizações da sociedade civil. Ao fortalecer a prática cultural, estamos contribuindo para a inclusão social, oferecendo oportunidades de expressão e participação para todos os segmentos da sociedade, especialmente aqueles que enfrentam maiores dificuldades de acesso. Além disso, a valorização da cultura local e



regional, mesmo que através da educação básica, estimula o turismo, gera empregos e movimentação a economia, promovendo o desenvolvimento sustentável de nossas comunidades. Por fim, investir na cultura é investir no futuro do nosso país, formando cidadãos mais críticos, criativos e conscientes de suas raízes. A aprovação deste projeto representa um passo importante para consolidar uma política pública que reconheça a cultura como direito de todos e como elemento essencial para o crescimento social, econômico e cultural da nossa cidade.”

Em face do exposto, passa-se à análise da matéria sujeita à apreciação pela Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal de Divinópolis, nos termos do art. 90, inciso I, c/c art. 125, ambos do Regimento Interno (Resolução nº 392 de 23 de dezembro de 2008).

2. Fundamentos

Após a análise do projeto sob apreciação, com a finalidade de realizar verificação preliminar acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposta, foi possível chegar às seguintes constatações.

2.1 Do exame quanto à competência legislativa

Sob o aspecto da competência do Legislativo Municipal, não foi verificada a existência de óbice ao trâmite da matéria, eis que plenamente adequada às normas constitucionais de fixação das competências legislativas.

Em se tratando de proposta que viabiliza a criação de política pública municipal de incentivo à práticas educacionais que cominem na valorização dos produtores culturais locais, a matéria se enquadra na condição de assunto de interesse local, portanto de competência dos Municípios, na forma do art. 30, I, da Constituição Federal.

A competência municipal para disciplinamento da matéria encartada na proposição, ainda encontra amparo no disposto nos artigos 11, XXII, da Lei Orgânica do Município.

2.2 Da iniciativa

Verifica-se que o projeto de lei ordinária em questão pode ser proposto qualquer Vereador, nos termos do art. 48 da Lei Orgânica Municipal, além de que a matéria em debate não encontra-se encetada entre as hipóteses de competência privativa do Chefe do



Poder Executivo Municipal a que faz referência o §3º, do art. 48, da Lei Orgânica Municipal. Há, portanto, perfeita adequação do projeto, sob o aspecto da iniciativa.

2.3 Da constitucionalidade

A Constituição Federal de 1988 é clara ao dispor em seu art. 30, I, que é de competência dos Municípios o disciplinamento de assuntos de interesse local, enquadrando-se a proposta que viabiliza a criação de política pública municipal de incentivo à práticas educacionais que cominem na valorização dos produtores culturais locais, nessa natureza de assuntos.

Não se visualiza, na presente análise, confronto entre as disposições constitucionais e as disposições contidas no projeto ora apresentado, devendo o mesmo, *s.m.j*, ser considerado constitucional.

2.4 Legalidade

Quanto à legalidade da matéria, faz-se necessária a análise do projeto sob o aspecto da competência de iniciativa, de sua adequação aos normativos, bem como de sua conformação com o texto constitucional, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal.

A matéria tratada no projeto sob análise é dotada de ineditismo, não sendo constatadas na pesquisa realizada sua identidade ou semelhança com outra matéria em tramitação, nem mesmo qualquer causa que possa conduzir à sua prejudicialidade.

A proposição apresentada cinge-se a instituir no Município de Divinópolis política pública voltada ao incentivo de práticas educacionais que cominem na valorização dos produtores culturais locais, mediante o desenvolvimento de ações de estímulo à valorização da cultura local e de seus produtores, de preservação da identidade, da diversidade étnico cultural, da memória e do imaginário do povo divinopolitano, do fomento da formação continuada e do desenvolvimento de produtores culturais, do estudo das ramificações culturais existentes na cidade, entre outras.

Tratando-se de proposição autorizativa de conteúdo genérico e programático, sem imposição da realização de ações ou da imposição de encargos, afasta-se a ideia de eventual usurpação de competências que caberiam de forma exclusiva ao Poder Executivo.



Nesse sentido, pelas razões expostas, inexistem óbices de natureza legal que possam impedir a aprovação do projeto de lei apresentado.

2.5 Técnica legislativa

Nesse aspecto, o projeto em análise encontra-se redigido com clareza e observância da técnica legislativa adequada, atendendo, portanto, às exigências e condições de tramitabilidade e legalidade do art. 154, do Regimento Interno da Câmara Municipal. A redação final do projeto, nos termos do art. 251, do Regimento Interno da Câmara Municipal, se encarregará de promover a compilação final do texto das proposições, segundo a técnica legislativa, promovendo eventual correção de vício de linguagem ou incorreção material que não importe em modificação do alcance ou sentido da proposição aprovada em Plenário.

3. Conclusão

Feitas as considerações, é o presente parecer pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E JURIDICIDADE** do Projeto de Lei Ordinária nº CM 184/2025.

Divinópolis, 28 de outubro de 2025.

Anderson da Academia

Vereador Presidente da
Comissão de Justiça, Legislação
e Redação da Câmara Municipal
de Divinópolis

Wellington Well

Vereador Secretário da
Comissão de Justiça, Legislação
e Redação da Câmara Municipal
de Divinópolis

Ney Burguer

Vereador Membro e Relator da
Comissão de Justiça, Legislação
e Redação da Câmara Municipal
de Divinópolis

Bruno Cunha Gontijo

Procurador do Legislativo Municipal

PLCM 184/2025

Assinantes

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

DP5**XKJ****MX9****GOQ**